

A Prática Cultural do Sexting entre Adolescentes: Notas para a Delimitação do Objeto de Estudo¹

*(The Cultural Practice of Sexting among Adolescents:
Notes for Delimitation of the Study Object)*

Fabricio de Souza* & Roberto Alves Banaco**

*Universidade Federal da Bahia

**Paradigma – Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento
(Brasil)

RESUMO

Este artigo discute a prática do sexting entre adolescentes e se propõe a construir uma análise baseada na definição de prática cultural presente na perspectiva behaviorista radical. O sexting é definido como a produção e o compartilhamento, por meio eletrônico, de conteúdos, imagens ou textos que explicitem claramente áreas genitais ou outras partes do corpo (em forte alusão sexual), ou, em sendo conteúdo escrito, mensagens que expressem experiências e/ou insinuações sexuais do próprio adolescente que produz estes materiais e, também, de seus amigos, colegas ou demais pessoas que estejam a ele ligados em uma rede social específica. São apresentadas análises considerando as possibilidades do sexting ser uma prática social caracterizada ou por uma metacontingência ou por uma macrocontingência. É ressaltada a necessidade de se investir em pesquisas que forneçam dados úteis tanto para a caracterização apropriada do fenômeno quanto para o planejamento de intervenções adequadas e que considerem o sexting parte de um repertório mais amplo da vivência da sexualidade em tempos de interação social mediada pela tecnologia de informação e comunicação.

Palavras-chave: Sexting, adolescentes, internet, metacontingências e macrocontingências, sociabilidade e tecnologia.

ABSTRACT

A behavioral pattern called “sexting” has been currently exhibited by adolescents and given prominence from parents and lecturers. Sexting is defined as the production and/or sharing, by electronic

1) Artigo produzido durante estágio de pós-doutoramento no Paradigma – Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento, São Paulo, sob supervisão do professor Dr. Roberto Alves Banaco e com colaboração dos professores Dr. Cândido Pessoa e Dr. Saulo Missiaggia Velasco. Email: fabris-souza@uol.com.br / fabricius.souza@gmail.com

means, of contents, images or texts, which clearly exposes genital areas or other body parts (in a strong sexual allusion), or, in written content, messages expressing experiences and/or sexual insinuations of the adolescents themselves who produce these materials and also of their friends, colleagues or other people who are connected to them in a specific social network. The novelty of the sexting should lead to questions about its usefulness and the harms to the process of socialization of adolescents. Even if it is possible to think of sexting as a technologically mediated sexual expression, one must not forget that amongst the hazards associated with practice is the dissemination of contents without authorization and the subsequent embarrassment. Another condition should be considered. According to the law under Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sexting involving children and adolescents is considered “child pornography” and this can lead to correctional measures for adolescents who practice it. This current reality highlights the need to rethink values and concepts about adolescents’ identity, sexuality and autonomy in relation to this type of interaction. This article discusses the practice of sexting amongst adolescents and proposes an analysis based on the definition of cultural practice present in Radical Behaviorism. Some analyzes are presented considering two possibilities: the sexting being a social practice characterized either by a metacontingency or by a macrocontingency. If research data indicates that sexting is maintained by a macrocontingency, the selective consequence of the responses involved in this practice will be of behavioral appeal, making the operant lineage the interventional locus, more specifically the intervention should be on the “cumulative effect” emphasizing the participants’ individual responses. If research data indicates that sexting is maintained by a metacontingency, the intervention should be planned to encompass the kulturo-behavioral lineage involving the interlocking behavioral contingencies and the “aggregate product”. In addition to serving as a foundation for the understanding of its determinants, the research of sexting needs to strengthen the insertion of this theme into a broader educational practice on sex education that encourages adolescents to look for the (1) knowledge of what sexting is, 2) the social values involved in this practice, 3) the required social skills to make decisions while interacting with the group, and 4) the repertoire of responsibility for the actions taken. It emphasizes the need of carrying out researches that provides useful data both for the appropriate characterization of the phenomenon and further planning of appropriate interventions and that consider the sexting part of a wider repertoire of the experience of sexuality in times of social interaction mediated by the information and communication technologies.

Keywords: Sexting, adolescents, internet, metacontingencies and macrocontingencies, sociability and technology.

A SOCIABILIDADE MEDIADA PELAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nos dias atuais a comunicação através de dispositivos móveis emerge como um canal forte e disseminado no estabelecimento de redes sociais entre adolescentes, como nos mostra Park (2014). Nos últimos anos, a internet e o telefone celular produziram um dramático impacto sobre as relações interpessoais por permitir, entre outras coisas, que as pessoas pudessem interagir de uma maneira com a qual não estavam acostumadas (Love, 2005) e reconfigurando as noções de temporalidade e espacialidade.

Um dos aspectos observados com o advento desse contexto de inovações e transformações é o surgimento de um novo espaço de convivência denominado “ciberespaço”. Neste ambiente novo as

relações sociais, como ressaltadas por Ribeiro (2001), são construídas com características bem peculiares e que, nas palavras de Baym (2010), resultam em novas possibilidades de conexões pessoais.

Quando se afirma a necessidade de compreender a sociabilidade emergente das, e nas, relações mediadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), assume-se a internet como um novo espaço onde crianças e adolescentes podem explorar o mundo e se expressar tornando-se atores sociais na construção de novas culturas e na transformação de outras já existentes (Livingstone, 2011).

Como atores sociais, crianças e adolescentes, ao interagirem no ciberespaço, constroem seus contextos particulares de interação onde a influência de seus pares é sentida nas formas pelas quais o espaço é utilizado e na construção coletiva de normas para a convivência nele. Assim, um sítio específico da World Wide Web (www) pode se tornar um espaço de interação, sob efeito do tempo e da audiência, entre crianças e adolescentes (Boyd, 2014).

Estabelecendo suas relações em ambientes no ciberespaço, crianças e adolescentes também desenvolvem atributos individuais como, por exemplo, sua identidade própria, sua autoestima e seu autoconceito. Com o estreitamento dos laços de amizade e o aprofundamento das relações com seus pares, os adolescentes experimentam diversos papéis sociais e constroem uma concepção de si que engloba aspectos sociais, relacionais e características pessoais (Rodrigues & Damásio, 2014).

Segundo Ribeiro (2001), as relações sociais também se constituem pelo prazer de estar junto e de compartilhar as experiências dos momentos vividos. As relações, quando construídas a partir da mediação do computador e da internet, tendem a refletir um caráter de efemeridade, de contradição, de lúdico e de festividade. A troca de informações em tempo real e a gradativa construção de um espaço virtual de interação possibilitam a exploração dessas vivências centradas no presente e no aqui-agora. Por este motivo, os aspectos que dizem respeito à sociabilidade mediada pela tecnologia devem ser inseridos em uma investigação ampla e em uma reflexão teórica séria e profunda.

Considerando a sociabilidade como forma de interação social utilizada pelos sujeitos para manter seus vínculos sociais, Costa (2013), investigando a sociabilidade entre adolescentes em lan houses na cidade de Palmas (TO), aponta para o fato de que não se deve raciocinar em termos de contraposição quando se discute a sociabilidade nas redes digitais e as formas tradicionais de sociabilidade. Observa-se, então, uma nova perspectiva social que potencializa as trocas sociais e dá novos contornos à dinâmica social. Exemplificando sua afirmação, o autor assinala que as relações de amizade construídas no interior das lan houses transcendem aos domínios físico e virtual porque transformam a interação através das redes digitais em redes sociais cotidianas.

A sociabilidade no ciberespaço, ou mediada pelas TIC's, assume dimensões variadas e novos contornos porque a internet permitiu, principalmente, que a interação entre as pessoas ocorresse fora da lógica do espaço-tempo das interações não mediadas pelas tecnologias digitais, ampliando e potencializando as redes sociais fazendo com que os vínculos estabelecidos na mediação com a internet passassem a fazer parte da cotidianidade (Costa, 2013).

Essa cotidianidade, referida por Costa (2013), encontra-se muito marcada, dentre outros aspectos, pela utilização dos aparelhos de telefonia móvel (Love, 2005; Ito et al. 2005; Park, 2014; Mascheroni, 2015). O advento dessa tecnologia facilita ainda mais o estabelecimento de relações, o estreitamento de laços sociais e, como é possível concluir, a contribuição para a sociabilidade entre adolescentes. Fato concreto é que, devido à convergência tecnológica, mais que aparelhos de comunicação, os celulares podem ser usados como máquina fotográfica, GPS (Global Positioning System), despertador, filmadora, calculadora, computador, dentre outras possibilidades (Costa, Góes & Abreu,

2013). Assim, os aparelhos de telefonia móvel que suportam acesso à internet proporcionam e potencializam ainda mais a sociabilidade entre adolescentes.

Nesse sentido é oportuno lembrar que o telefone celular, de acordo com o trabalho de Ito (2001) com jovens japoneses, remodela a dinâmica de interação entre as pessoas e, especificamente no que se refere a adolescentes, modifica imensamente o que é identificado como “geometria do poder de compressão do espaço-tempo” (power-geometry of space-time compression). Ou seja, a comunicação e as conexões entre os jovens são reguladas tanto por esses jovens quanto por outras pessoas, bem como por características do momento presente e do espaço onde convivem. A telefonia móvel favorece, frente a essa constatação, a possibilidade desses jovens construírem um novo controle sobre suas relações interpessoais e um novo padrão de gerenciamento desses controles já que lhes fora proporcionado contatar colegas e amigos sem precisar, necessariamente, do aval de seus pais, irmãos ou demais familiares, como ocorria na utilização da telefonia fixa. E foi justamente por isso, como apresentado por Ito (2001), que o celular cai nas graças dos adolescentes investigados e se torna objeto preferido para falar com seus pais.

Na escola também se observa os reflexos dessa realidade. Com o advento das mensagens de texto, esse processo de maior tomada de controle sobre suas próprias relações sociais se aprofunda ainda mais. As mensagens de texto passam a ser muito úteis nas comunicações onde os assuntos são “menos urgentes” (Ito, 2001), quando o contexto apresenta restrições quanto ao uso do serviço de voz ou quando não se tem a certeza de que o colega está disponível para a comunicação naquele momento. A expectativa é a de que as respostas às mensagens de texto ocorram rapidamente. Nas salas de aula, por exemplo, onde os estudantes sabiamente subvertem as restrições impostas à comunicação com cochichos e papéizinhos, a mensagem de texto assume claramente esta função. As mensagens de texto podem ser facilmente utilizadas tanto na escola quanto em outros ambientes como transportes públicos, restaurantes ou qualquer ambiente onde a comunicação por serviço de voz possa ser inapropriada (Ito, 2001).

A mensagem de texto seria uma maneira, assim como outras possíveis, de proporcionar um constante fluxo de informações a respeito do outro e de manter múltiplos canais de comunicação abertos. Há a percepção de que essas mensagens, combinadas com as de voz, circunscrevem um “espaço de consciência flexível e concreto” (concrete place-like awareness) com o sentimento de que os parceiros de interação estão presentes no mesmo e “sempre presente” espaço comunicativo (Ito, 2001).

Nessa linha de raciocínio é possível citar a argumentação de Ling (2005) pontuando que o acesso dos adolescentes à comunicação móvel representa uma experiência de emancipação frente a seus pais e de integração aos seus grupos de interação. Isso porque no período da adolescência há uma forte motivação para que os sujeitos ajam como atores sociais independentes e fora do domínio de seus pais. Esta emancipação dos pais, segundo Ling (2005), é um elemento central neste contexto onde, apesar das diferenças entre gerações, os adolescentes são estimulados a serem agentes ativos no processo de sua socialização.

Neste período da vida, o grupo de pares assume um papel central na transição entre a infância e a adultez, por ajudar no exercício das ações frente às várias facetas da vida adulta, tais como sexualidade, formas de consumo, relações com figuras de autoridade e graus de desvio da norma social estabelecida (Ling, 2005). A importância do grupo de pares na construção de laços sociais e no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes já foi solidamente discutida por Harris (1998).

O grupo de pares provê um contexto de experimentação e de trocas confidenciais e emocionais fora da esfera familiar. Ele também fornece um sistema de proteção e de desenvolvimento de uma

cultura “específica” que envolve todo um conjunto de apelidos, brincadeiras, estilos de se vestir, músicas, objetos, dentre outros aspectos. E nessa interação com o grupo também se dá o desafio a certos limites, ou seja, de experimentar, burlar, tentar alterar e até mesmo expandir ou eliminar certas regras e normas que regimentam a interação social (Ling, 2005). Exemplos claros dessa afirmação são encontrados na maneira através da qual adolescentes lidam com as bebidas alcoólicas, o exercício da sexualidade e a sua interação com figuras de autoridades. O grupo acaba se constituindo em um espaço cujas características ajudam a compreender como adolescentes lidam com estes aspectos da vida e constroem um conjunto de experiências envolvendo desde uma vida social rica até o engajamento em atos tidos como inaceitáveis pela sociedade (Ling, 2005).

Não é difícil perceber que o acesso à telefonia móvel e a outras TIC's acabam engendrando essas experiências de emancipação, aceitação grupal, experimentação de limites e desvio de certas normas. Entretanto, é importante assinalar aqui, como o fez Ling (2005), que não existe uma relação causal entre estes elementos citados. O que existe de possibilidade é a relação de covariância entre eles. Assim, a investigação desenvolvida por este autor sugere que a telefonia móvel pode facilitar as atividades e a vida em diferentes direções e por diferentes razões.

O estudo de Ling (2005) aponta para a covariância entre o uso dos dispositivos móveis de telefonia e a redução do sentimento de solidão, o senso de popularidade e o tempo passado com os amigos. Este estudo indica uma relação significativa entre o uso dos serviços de voz e o short message service (SMS), as mensagens de texto, com a atividade sexual dos adolescentes participantes da pesquisa. Para este autor, o uso desses recursos deve ser considerado um “marcador importante” na interação entre adolescentes, e não como um caminho único, sem volta e de mão única sem o qual é impossível interagir.

Sob essas condições é possível que o serviço de telefonia móvel e o SMS se insiram nas experiências dos adolescentes de uma forma complexa facilitando, como dito acima, a emancipação e o desafio de regras e normas sociais ajudando no estabelecimento e na manutenção de laços sociais que possam envolver até mesmo certas atividades que não são muito aceitas ou bem avaliadas pela sociedade (Ling, 2005).

EXPRESSÃO SEXUAL TECNOLOGICAMENTE MEDIADA – O SEXTING

Dentre as diversas experiências possibilitadas pela telefonia móvel e demais TIC's está a prática de compartilhamento de conteúdos através de textos, imagens e vídeos contendo informações sexuais dos próprios adolescentes envolvidos em uma rede de interação. Esta prática tem sido identificada como sexting (do inglês sex + texting).

O sexting é uma expressão sexual tecnologicamente mediada que consiste na troca de mensagens ou imagens com conteúdo sexual, na criação e no compartilhamento de conteúdos sugestivos de nudez através de telefones celulares e outros meios eletrônicos conectados, ou não, à internet (Ringrose, Gill, Livingstone & Harvey, 2012).

O termo sexting pode ser utilizado de diferentes maneiras e possui várias definições carentes de precisão. Na definição de Ringrose et al. (2012), por exemplo, não é especificado se esses conteúdos sexuais precisam ser da própria pessoa para que seja considerado sexting. Preocupados com as consequências do sexting entre adolescentes, Wolak e Finkelhor (2011) o caracterizaram como a produção e o compartilhamento de imagens sexuais de adolescentes sem especificar, no entanto, se o conteúdo precisa ser pessoal (no sentido de mostrar a nudez do próprio adolescente que o produz) ou se basta

ter nudez alheia para ser considerado sexting. Hasinoff (2012) circunscreve a definição ao fato de que as imagens precisam ser do próprio adolescente que as produz.

Já na definição de Englander (2012) é clara a delimitação de que o sexting envolve o compartilhamento eletrônico de imagens mostrando a nudez, ou seminudez de si próprio, bem como a troca de textos com conteúdo sexual também de si. Campbel e Park (2014) também trabalham com uma definição ampla que consiste apenas na assertiva de que o sexting é o compartilhamento de imagens explicitamente sexuais.

Para os fins a que a presente discussão se propõe, o sexting será definido como a produção e o compartilhamento, por meio eletrônico, de conteúdos, imagens ou textos que explicitem claramente áreas genitais ou outras partes do corpo (em forte alusão sexual), ou, em sendo conteúdo escrito, mensagens que expressem experiências e/ou insinuações sexuais do próprio adolescente que produz estes materiais e, também, de seus amigos, colegas ou demais pessoas que estejam a ele ligados em uma rede social específica. Embora haja definições diferentes, essa é a mais abrangente e representa melhor o tema do estudo.

De acordo com Simpson (2013), as tecnologias online têm propiciado o surgimento de alterações nas dinâmicas de relacionamento entre os adolescentes. O sexting aparece neste contexto exigindo que os valores e os conceitos atuais a respeito da identidade, da sexualidade e da autonomia dos adolescentes sejam repensados visto que, como assinalam Ringrose et al. (2012), mesmo sendo uma possibilidade nova de socialização, a prática do sexting também acarreta perigos.

Barros (2014) informa que em 2008, 20% dos adolescentes americanos, com faixa etária entre 13 e 19 anos, já havia enviado ou postado fotos e vídeos de si mesmos, com o corpo nu ou seminú, para namorados, namoradas ou pessoas com as quais possuíam uma relação de amizade ou com quem se tinha a intenção de desenvolver um relacionamento. Um total de 22% das moças afirmou ter praticado o sexting, enquanto 18% dos rapazes assumiram a prática. O problema é que esses conteúdos muitas vezes acabaram caindo nas mãos de terceiros e foram disseminados para além dos círculos de relacionamento estabelecidos pelos (as) adolescentes que iniciaram a mensagem eletrônica.

Dados europeus informam que dentre 18.709 crianças e jovens pesquisados pelo projeto Eu Kids (www.eukidsonline.net), 15% deles, com faixa etária entre 11 e 16 anos, afirmaram já terem recebido algum tipo de conteúdo erótico e sensual. Mas apenas 4% afirmaram ter praticado o sexting (Barros, 2014). No Brasil, em 2009, a SaferNet Brasil realizou uma pesquisa com 2.525 crianças e adolescentes, com idades variando entre 10 e 17 anos, estudantes da rede pública e particular dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba e Pará, revelando que 12,1% desses participantes relataram que já haviam publicado fotos íntimas na internet (Barros, 2014; SaferNet Brasil, 2009).

Ao mesmo tempo em que pode ser entendido como uma estratégia de visibilidade de quem o pratica, o sexting pode acarretar consequências jurídicas, emocionais e sociais aos praticantes visto que contribui para o aumento da quantidade de materiais com conteúdos sexuais em circulação que podem vir a ser utilizados por pessoas que não pertençam ao círculo de amizade das crianças e dos(as) adolescentes, com finalidades distintas e com consequências muito deletérias para este público (Barros, 2014).

Os perigos envolvendo a prática do sexting envolvem também a disseminação de conteúdos pessoais sem a devida autorização da pessoa, a importunação e o constrangimento decorrente da circulação de fotos pessoais com conteúdo sexual. Outro complicador nesta prática é que o compartilhamento de conteúdo sexual envolvendo crianças e adolescentes é caracterizado como “pornografia

infantil”, considerando se, aqui no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Ringuose et al. (2012), Simpson (2013) e Wolak e Finkelhor (2013) também pontuam o caráter delituoso do sexting, visto que em seus respectivos países esta prática também é tida como pornografia infantil.

Wolak e Finkelhor (2013) estabeleceram uma tipologia para o sexting na qual diferenciam sua forma “agravada” (aggravated) e a forma “experencial” (experimental). A forma agravada de sexting se subdivide entre aquelas que são caracterizadas pelo envolvimento de adultos ou quando os próprios adolescentes têm a intenção de prejudicar alguém ou fazem um uso imprudente do conteúdo. A forma experencial envolve situações de estabelecimento e/ou manutenção de uma relação amorosa ou busca por atenção ou contato sexual.

A sociedade, como dito por Fernández (2013), já começa a reconhecer o fenômeno do sexting por ele ter se incorporado com certo grau de normalidade ao repertório de erotismo e sexualidade das pessoas, sejam elas adolescentes ou adultas. É por isso que o autor pontua que este comportamento não é novo e não se trata de uma moda passageira (p. 72). Tentando compreender o porquê desta prática, este mesmo autor avalia algumas situações, tais como a estimulação proporcionada por uma sociedade excessivamente erotizada e sexualizada, o caráter de diversão, paquera e transgressão que podem estar engendrados nesse tipo de compartilhamento por cada indivíduo, desconsiderando que o conteúdo compartilhado pode chegar a pessoas com as quais não gostariam de ter essa experiência. A facilidade com que podem ser produzidos e disponibilizados tais conteúdos, e a pressão do grupo social por meio de exigências para “ser aceito” pelos colegas também fazem com que esses atos sejam interpretados pelo autor como de autoafirmação.

A COMPREENSÃO DO SEXTING A PARTIR DA CONCEPÇÃO TEÓRICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

As considerações de Fernandez (2013) a respeito das consequências negativas do sexting fazem lembrar que é necessário investigar os fatores determinantes deste padrão comportamental que tanto tem preocupado pais, professores e muitos profissionais que se dedicam a estudar a infância e a adolescência.

Ao discutir a importância da teoria na Análise Experimental do Comportamento, Skinner (1950; 1974) assinala que a compreensão do processo de aprendizagem requer a explicitação das condições sob as quais um comportamento surge, ou seja, requer revelar as variáveis independentes das quais ele é função. Assim, é possível que se construa, a partir dessas informações, uma elaboração teórica que pode vir a ser mais útil que a mera preocupação com as consequências negativas de certas respostas do sujeito. Mesmo que essa elaboração teórica possa ser de difícil discernimento, ela não será facilmente mal interpretada, pois estará se referindo a um sistema dimensional específico que engendra a interação bidirecional entre uma dada resposta e seu contexto de ocorrência, bem como entre esta resposta e suas consequências (Millenson, 1976; Skinner, 1950). Isto posto, é possível começar a tentativa de interpretação do sexting a partir dos conceitos de comportamento social, prática cultural, metacontingência, produção agregada e macrocontingência, elaborados por teóricos e pesquisadores da Análise do Comportamento.

O comportamento social é um tipo de comportamento operante (Skinner, 1953) onde está envolvida a mediação de outra pessoa como estímulo antecedente ou como ambiente consequenciador da ação de um sujeito (Sampaio & Andery, 2010). Como descrito por Skinner (1953) e assinalado por Sampaio e Andery (2010), o comportamento social engendra os chamados sistemas entrelaçados de

respostas (interlocking systems of response) significando a sobreposição, ou o cruzamento, de contingências triplíceis de dois ou mais indivíduos.

Glenn e Malagodi (1991) assinalam que para definir uma prática cultural é preciso que as relações comportamentais presentes no repertório de um indivíduo se repitam no repertório de outros inseridos em um sistema sociocultural. Essas repetições devem acontecer tanto entre indivíduos de uma mesma geração quanto entre aqueles de gerações² diferentes. Práticas culturais pressupõem comportamentos funcionalmente similares emitidos por vários indivíduos por meio de aprendizagem. Elas também implicam no entrelaçamento de contingências e, logo, são compostas por comportamentos sociais (Sampaio & Andery, 2010).

As contingências comportamentais entrelaçadas podem gerar um produto composto pelas consequências das contingências operantes e que não seria possível existir sem este entrelaçamento. Chamado de produto agregado, esta consequência originada do entrelaçamento de contingências e inserida em um ambiente selecionador será de importância fundamental para que o entrelaçamento se repita no futuro. Não serão as respostas individuais os elementos especificamente selecionados pelo ambiente, mas o próprio entrelaçamento das contingências. Isso torna possível que se fale em uma metacontingência (Glenn, Malott, Andery, Benvenuti, Houmanfar, Sandaker, Todorov, Tourinho, & Vasconcelos, 2016).

Em outras palavras, uma metacontingência é definida a partir de uma relação funcional entre contingências comportamentais entrelaçadas recorrentes, um produto agregado gerado por esse entrelaçamento e uma seleção do entrelaçamento das contingências e do produto agregado por parte do ambiente (Glenn et al., 2016). Aqui é preciso entender o produto agregado como sendo a consequência produzida pelo entrelaçamento das contingências e que, certamente, não seria originado pelas respostas de uma única pessoa individualmente (Sampaio & Andery, 2010).

É possível que o entrelaçamento de contingências comportamentais gere o que se convencionou chamar de efeito cumulativo (Glenn et al., 2016). Esse efeito cumulativo se diferencia do produto agregado porque contribui, apesar de sua eficácia social, para a seleção de comportamento operante em nível individual e não do entrelaçamento de contingências como ocorre em uma metacontingência. Neste caso, tem-se um “macrocomportamento” (macrobehavior), um comportamento socialmente aprendido, observado nos repertórios individuais dos membros de um sistema cultural e que serão elementos de seleção por parte do ambiente. Em uma metacontingência há relações funcionais entre contingências comportamentais entrelaçadas, um produto agregado e a seleção de ambos³ pelo ambiente, ao passo que em uma macrocontingência constata-se a seleção de operantes individuais pelo efeito cumulativo do entrelaçamento de contingências (Glenn et al., 2016)⁴.

2) O termo geração, aqui, tem a conotação de membros que saem do grupo sociocultural e são substituídos por outros exercendo os mesmos comportamentos que os membros retirados. Passa-se, assim, a considerar as vias de transmissão cultural.

3) O conjunto formado pelo entrelaçamento de contingências operantes e o produto agregado é denominado de “culturante” (Glenn et al., 2016).

4) Para que o leitor tenha uma noção precisa da evolução dos conceitos de efeito cumulativo, produto agregado, macrocontingência e metacontingência, sugere-se a leitura de Glenn (1996), Glenn (1988), Glenn (1989), Glenn e Malagodi (1991), Glenn (2004), Glenn e Malott (2004), Andery, Micheletto e Sérgio (2005), Malott e Glenn (2006), Senechal-Machado e Todorov (2008), Vichi, Andery e Glenn (2009), Nogueira (2010), Sampaio e Andery (2010), Andery (2011), Saconatto e Andery, (2013) e Glenn et al. (2016).

Convém esclarecer neste momento que a referência feita a contingências entrelaçadas, a efeito cumulativo, a macrocontingências, a produto agregado e a metacontingências designa processos distintos e peculiares que caracterizam diferentes práticas culturais, conforme nos afirma Andery (2011). Duas práticas distintas podem ser tidas como culturais apresentando relações de macrocontingências ou de metacontingências.

Wang, Pereira e Andery (2016) são claras na premissa de que é importante que a Análise do Comportamento compreenda melhor as possibilidades e os limites das novas tecnologias de comunicação para que intervenções culturais pertinentes possam ser desenvolvidas e aplicadas na solução de problemas atuais e futuros. Nesse sentido é que o presente artigo foi organizado e, com base no exposto por Malott e Glenn (2006) e Glenn et al. (2016), propõe uma análise teórica do sexting como uma prática cultural relevante de maneira a estimular a implementação de pesquisas e intervenções apropriadas.

Segundo os escritos de Skinner sobre a cultura (ver Skinner, 1953; Skinner, 1974; Skinner 1981), bem como as considerações apresentadas por Sampaio e Andery (2010) e de Rose (2016), faz-se factível considerar o fenômeno do sexting como uma prática cultural. Isso porque nele são observadas respostas aprendidas que se propagam entre diversos indivíduos e entre diferentes grupos, inclusive entre pessoas de gerações diferentes, como descrito por Fernández (2013) ao afirmar que esta prática se incorporou ao repertório tanto de adolescentes quanto ao de adultos. As regras e condições para sua exibição, criadas nos grupos de interação, parecem modelar e manter os comportamentos dos indivíduos de forma que seja possível vislumbrar o efeito cultural sobre este padrão de comportamento.

Não existem trabalhos empíricos que evidenciem prováveis variáveis independentes do sexting, bem como a interpretação deste padrão comportamental segundo os princípios da Análise do Comportamento. Entretanto, é possível que algumas ilações lógicas possam ser construídas a partir da literatura pertinente ao tema. A hipótese que aqui se assume é a que afirma ser o sexting, de alguma maneira, uma prática que tem como consequência o estabelecimento, a manutenção e o fortalecimento dos laços sociais entre os adolescentes e seus pares em grupos de interação específicos. Essa hipótese está baseada em Harris (1998) que sublinha a importância do grupo formado pelos pares das crianças (e, consequentemente, dos adolescentes) no processo de socialização.

Considerando as diferentes respostas contidas no operante sexting, é possível questionar se o estabelecimento, a manutenção e o fortalecimento dos laços sociais são constituídos a partir da simples somatória das consequências de comportamentos individuais que serão selecionados pelo ambiente (caracterizando, assim, uma macrocontingência) ou se esse produto surge das interações organizadas e recorrentes entre os vários indivíduos participantes da interação, tendo como elemento selecionado o entrelaçamento dessas diferentes contingências individuais e consistindo na relação funcional entre contingências comportamentais entrelaçadas e uma consequência cultural (neste caso, uma metacontingência).

Se o sexting se constitui em uma prática de tipo “macrocomportamento”, pode-se afirmar que a sua recorrência entre os adolescentes se dá pelo fato de haver uma seleção dos comportamentos individuais de criação e compartilhamento de conteúdos sexuais de si mesmo e/ou dos colegas do grupo. Neste caso, a constituição e o estreitamento dos laços sociais seria um “efeito cumulativo” cuja relevância social consistiria, entre outros fatores, em manter a prática cultural a partir da “seleção operante” sobre os comportamentos dos indivíduos envolvidos na prática. No caso do sexting ser uma prática cultural do tipo “metacontingência”, a constituição e o estreitamento dos laços sociais seriam

um “produto agregado” que selecionaria o entrelaçamento das contingências operantes e não apenas o comportamento individual de cada participante da relação.

Dados que possam elucidar estes questionamentos são extremamente importantes. A prática do sexting, em alguns casos, produz consequências muito aversivas para quem nele se envolve. Essas consequências apresentam topografias muito variadas que vão desde o desconforto com a exposição indesejada da intimidade até ao assédio sexual, passando pela chantagem e pelo bullying. O “efeito cumulativo” ou o “produto agregado” do sexting assumiriam um caráter ameaçador e deletério para os adolescentes e exigiriam a implementação de algum tipo de intervenção que pudesse prevenir tais consequências ameaçadoras. A depender da maneira com que a prática cultural do sexting venha a ser caracterizada, como uma macrocontingência ou como uma metacontingência, a intervenção requerida seria substancialmente diferente, a depender da qualificação da prática, e envolveria elementos diferentes nas contingências envolvidas.

Se futuramente os dados de pesquisa indicarem que a prática do sexting é eminentemente mantida por uma macrocontingência, a consequência selecionadora das respostas envolvidas na prática será de caráter comportamental fazendo com que o lócus de intervenção seja a linhagem operante, mais especificamente no produto de tipo “efeito cumulativo” com ênfase nas respostas individuais dos participantes. Caso os dados de pesquisa indiquem ser o sexting uma prática do tipo metacontingência, a intervenção deverá ser planejada de forma a abarcar a linhagem cultural e os produtos culturais que, neste caso, envolverão o entrelaçamento das contingências individuais.

Existe o compartilhamento de informações, por exemplo, quando a resposta verbal do(a) adolescente A, pedindo uma foto, funciona como um SD para o(a) adolescente B emitir a resposta de enviar o que foi solicitado reforçando a resposta de pedir fotos emitida por A. Os comentários de A após receber a foto, bem como outros de seus comportamentos não verbais, tais como expressões faciais, movimentos de aproximação ou afastamento, serão a consequência para o comportamento de envio de fotos emitido por B. A partir dessa interação, pode ser que esses(as) adolescentes voltem a emitir respostas de sexting fazendo com que, além da posse dos conteúdos compartilhados (que neste caso seria a consequência para cada contingência individual), estes(as) adolescentes se sintam mais “amigos” uns dos outros, confiem mais nos colegas e possam ter, ou não, mais interesse sexual por quem compartilha este tipo de material. Estes elementos de coesão grupal já seriam uma consequência que extrapola a simples posse do material compartilhado. Caso essa consequência maior seja simplesmente selecionadora das respostas individuais de compartilhamento, a prática cultural em voga caracterizar-se-ia a partir de uma macrocontingência. Mas se o ambiente seleccionasse acordos e regras de compartilhamento, bem como aquelas ações que visam construir uma privacidade específica, a prática do sexting claramente estaria sendo marcada por uma relação do tipo metacontingência, visto que estes elementos estariam sendo selecionados para garantir o entrelaçamento das contingências.

Se no exemplo apresentado a prática do sexting constituir-se em um macrocomportamento, a coesão grupal, o fortalecimento da relação de amizade, a confiança e o sentimento de pertencimento ao grupo seriam tidos como um efeito cumulativo das ações individuais de cada adolescente envolvido no episódio. Mas se essa troca de conteúdos íntimos se mantém como uma metacontingência, estes elementos constituiriam um produto agregado por serem consequências de entrelaçamentos selecionados com o sexting.

A importância de se implementar investigações cuidadosas para estudar a relação entre os elementos contidos na prática do sexting se dá pelo fato de que, como assinalam Malott e Glenn (2006)

e Glenn et al. (2016), os loci de intervenção seriam diferentes, como afirmado anteriormente. E tendo essas relações sido investigadas e esclarecidas, intervenções poderão ser implementadas de forma a se respeitar as particularidades da prática, se macro ou metacontingências, fazendo com que sua eficácia seja mais consistente e melhor aproveitada individualmente pelos “sexters”, ou, se for o caso, pelo grupo no qual o produto agregado da prática é valorizado.

Não se pode perder de vista as seguintes indagações: 1) A consequência do sexting retroage sobre o entrelaçamento das contingências? 2) O produto dele gerado depende exclusivamente desse entrelaçamento (sendo um produto agregado)? Ou, 3) O que se tem como produto é apenas o acúmulo dos produtos gerados pelos comportamentos individuais (tornando-se um efeito cumulativo)? As respostas para esses questionamentos devem surgir nas pesquisas que precisam ser implementadas para investigar os determinantes desse tipo específico de compartilhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de uma investigação séria e minuciosa sobre o sexting é consonante com as afirmações de Wendt e Lisboa (2014) a respeito da influência de relações mediadas pelas tecnologias digitais nos contextos de aquisição e manutenção de relações entre pares. E, em detrimento dessa importância, estes autores ressaltam a escassez de pesquisas que visem compreender os efeitos que as diferentes possibilidades de interação trazidas à tona na mediação com a tecnologia tem sobre os processos desenvolvimentais.

Obviamente, a investigação do sexting, além de servir de fundamento para a compreensão de seus determinantes, precisa fortalecer a premissa de que é necessário inserir este tema em uma prática educacional mais ampla sobre educação para o exercício da sexualidade, segundo o manual da UNESCO (2009) e como discutido por Wendt e Lisboa (2014), que estimule os (as) adolescentes na busca 1) do conhecimento sobre o que vem a ser o sexting, 2) dos valores e normas sociais que se aglutinam em torno dessa prática, 3) das habilidades sociais requeridas para as decisões e escolhas frente ao grupo de interação, e 4) do repertório de responsabilidade pelas atitudes tomadas.

Atitudes como essas ajudariam a lidar com o sexting de forma mais consciente, fomentando a compreensão das oportunidades e dos riscos a ele inerentes (Livingstone, 2009). Isso contribuiria muito para que essa prática não fosse vista somente pelo viés do “pânico moral” (Lim, 2013), essa ansiedade “improdutiva” com a qual os pais, os professores, os operadores do direito e até estudiosos da adolescência muitas vezes expressam reproduzindo preconceitos, limitando debates e dificultando a aquisição de repertórios de autonomia e responsabilidade. Tomando por base a discussão de Wendt e Lisboa (2014), é preciso considerar o sexting como um conjunto de respostas que faz parte do repertório mais amplo da vivência da sexualidade em tempos de interação social mediada pela tecnologia de informação e comunicação.

Um outro aspecto importante e interessante, levantado por Livingstone e Mason (2015), é que existe na literatura uma tensão entre aqueles que defendem os direitos de expressão sexual por parte dos (as) adolescentes e os que consideram a necessidade de proteção contra comportamentos “online” potencialmente perigosos. E, nesse sentido, o presente artigo compartilha da mesma defesa feita pelas autoras a respeito de como a existência de mais investigações sobre as experiências adolescentes ajudaria a melhorar esse debate.

E, buscando adaptar as ponderações de Andery (2011), afirma-se aqui a possibilidade de estudar o sexting como um fenômeno cultural complexo que se estende no tempo entre vários indivíduos e que parece estar sendo transmitido entre gerações. Assim, é preciso pensar, também, se seria possível a realização de experimentos naturais e/ou experimentos reais que pudessem auxiliar na questão do controle de suas variáveis para que um raciocínio metodológico pertinente proporcionasse análises construídas para além da pesquisa reflexiva ou interpretativa.

Por fim, mesmo frente à possibilidade de considerar o sexting um fenômeno cultural, é preciso não perder de vista que nesta expressão sexual tecnologicamente mediada também estão incluídos processos comportamentais cujos aspectos são individuais, tais como os reforçadores e sua imediatividade, a disponibilidade e a característica dos antecedentes, os efeitos imediatos e os de longo prazo provenientes da prática e os esquemas de reforçamento que podem estar envolvidos. Um campo de pesquisa vasto e complexo carece de investigação séria e metodologicamente consistente.

REFERÊNCIAS

- Andery, M. A. P. A. (2011). Comportamento e cultura na análise do comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 2(2), 203-217. ISSN 2177-3548
- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N., & Sérgio, T. M. A. (2005). Análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento / Brazilian Journal of Behavior Analysis*, 1(2), 149-165. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v1i2.2167>
- Barros, S. C. (2014). Sexting na adolescência: Análise da rede de enunciações produzidas pela mídia. *Tese de Doutorado*. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande / Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.
- Baym, N. (2010). *Personal connections in the digital age*. Cambridge: Polity Press. ISBN 978-0-7456-4332-8
- Boyd, D (2014). Identity: Why do teens seem strange online? In D. Boyd (Ed.), *It's complicated: The social lives of networked teens* (pp. 29-53). New Haven: Yale University Press. ISBN 978-0-300-16631-6
- Campbel, S. W., & Park, Y. J. (2014). Predictors of mobile sexting among teens: Toward a new explanatory framework. *Mobile Media & Communication*, 2(1), 20-39. <https://doi.org/10.1177/2050157913502645>
- Costa, A. S. V (2013). Sociabilidade e tecnologia na periferia de Palmas. Trabalho apresentado no *Simpósio em Tecnologias Digitais e Sociabilidade - Performances Interacionais e Mediações Sociotécnicas* - na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Costa, M. L., Góes, D. S., & Abreu, C. N. (2013). Dependência de celular. In C. N. Abreu, E. Eisenstein & S. G. B. Estefanon (Orgs.), *Vivendo esse mundo digital: Impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais* (pp. 104-115). Porto Alegre: Artmed. ISBN 978-85-65852-95-1
- De Rose, J. C. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura. *Acta Comportamentalia*, 24(2), 201-220. ISSN 0188-8145
- Englander, E. (2012). Low risk associated with most teenage sexting: A study of 617 18-year-olds. *Massachusetts Aggression Reduction Center Research Reports*. Available at http://vc.bridgew.edu/marc_reports/6, 1-12.

- Fernández, J. F. (2013). Sexting, sextorsão e grooming. In C. N. Abreu, E. Eisenstein & S. G. B. Estefenon (Orgs.), *Vivendo esse mundo digital: Impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais* (pp. 72-92). Porto Alegre: Artmed. ISBN 978-85-65852-95-1
- Glenn, S. (1986). Metacontingencies in Walden II. *Behavior Analysis and Social Action*, 5(1), 1-8. ISSN 1065-1047
- Glenn, S. (1988). Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11(2), 161-179. ISSN 0738-6729
- Glenn, S. (1989). Verbal behavior and cultural practices. *Behavior Analysis and Social Action*, 7(1), 10-15. ISSN 1065-1047
- Glenn, S., & Malagodi, E. F. (1991). Process and content in behavioral and cultural phenomena. *Behavior and Social Issues*, 1(2), 1-14. <http://dx.doi.org/10.5210/bsi.v1i2.163>
- Glenn, S. (2004). Individual behavior, culture, and social change. *The Behavior Analyst*, 27(2), 133-135. ISSN 0738-6729
- Glenn, S., & Malott, M. E. (2004). Complexity and selection: Implications for organizational change. *Behavior and Social Issues*, 13, 89-106. <http://dx.doi.org/10.5210/bsi.v13i2.378>
- Glenn, S., Malott, M. E., Andery, M. A. P. A., Benvenuti, M., Houmanfar, R. A., Sandaker, I., Todorov, J. C., Tourinho, E. Z., & Vasconcelos, L. A. (2016). Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, 25, 11-27. <http://dx.doi.org/10.5210/bsi.v25i0.6634>
- Harris, J. R. (1998). *The nurture assumption: Why children turn out the way they do*. New York: Free Press. ISBN 85-7302-228-0
- Hasinoff, A. A. (2012). Sexting as media production: Rethinking social media and sexuality. *New Media & Society*, 15(4), 449-465. DOI 10.1177/1461444812459171
- Ito, M. (2005). Mobile phones, Japanese youth, and the re-placement of social contact. In R. Ling & P. E. Pedersen (Eds.), *Mobile communication: Re-negotiations of the social sphere* (pp. 131-148). London: Springer-Verlag. ISBN 1-85233-931-4
- Lim, S. S. (2013). On mobile communication and youth “deviance”: Beyond moral, media and mobile panics. *Mobile Media & Communication*, 1(1), 96-101. DOI 10.1177/2050157912459503
- Ling, R. (2005). Mobile communication vis-à-vis teen emancipation, peer group integration and deviance. In R. Harper, A. Taylor & L. Palen (Eds.), *The inside text: Social perspectives on SMS in the mobile age* (pp. 175 - 189). London: Kluwer. DOI 10.1007/1-4020-3060-6-10
- Livingstone, S. (2009). *Children and internet*. Cambridge: Polity Press. ISBN 978-0-7456-3194-3
- Livingstone, S. (2011). Internet, children and youth. In M. Consalvo & C. Ess (Eds.), *The handbook of internet studies* (pp. 348-368). Oxford: Blackwell Publishing Ltd. ISBN 978-1-4051-8588-2
- Livingstone, S., & Mason, J. (2015). *Sexual rights and sexual risks among youth online*. London: MEDIA@LSE - Department of Media and Communications.
- Love, S. (2005). Introduction. In R. Ling & P. E. Pedersen (Eds.), *Mobile communications: re-negotiation of the social sphere* (pp. 221-224). Haslemere(UK): Springer. ISBN 1-85233-931-4
- Malott, M. E., & Glenn, S. (2006). Targets of intervention in cultural and behavioral change. *Behavior and Social Issues*, 15, 31-56. <http://dx.doi.org/10.5210/bsi.v15i1.344>
- Mascheroni, G. (2015). Comunicação móvel: Um caminho para a inclusão digital? In Comitê Gestor da Internet no Brasil (Org.), *Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no*

- Brasil: TIC kids online Brasil 2014* (Livro eletrônico, pp. 241-248). São Paulo: Comitê Gestor da Internet. ISBN 978-85-5559-012-2
- Millenson, J. R. (1976). Quantificação da lei do efeito: I. O comportamento como escolha, um exercício de elaboração de uma teoria científica. *Psicologia, 2*, 1-22.
- Nogueira, E. E. (2010). De macrocontingências à metacontingências no jogo dilema dos comuns. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília.
- Park, Y. J. (2014). My hole world's in my palm! The second-level divide of teenagers' mobile use and skill. *New Media & Society, 19*(1), 1-19. DOI 10.1177/1461444813520302
- Ribeiro, J. C. S. (2001). Um breve olhar sobre a sociabilidade no ciberespaço. In A. Lemos & M. Pa-lácios (Orgs.), *Janelas do ciberespaço* (pp. 140-151). Porto Alegre: Sulina. ISBN 852052784-1
- Ringrose, J., Gill, R., Livingstone, S., & Harvey, L. (2012). *A qualitative study of children, young peo-ple and 'sexting': A report prepared for the NSPCC*. London: Institute of Education University of London; King's College London; The London School of Economics and Political Science.
- Rodrigues, S. N., & Damásio, B. F. (2014). Desenvolvimento da identidade e do sentido de vida na adolescência. In L. F. Habigzang, E. Diniz & S. H. Koller (Orgs.), *Trabalhando com adolescen-tes: Teoria e intervenção psicológica* (pp. 30- 41). Porto Alegre: Artmed. ISBN 978-85-8271-047-0
- Saconatto, A. T., & Andery, M. A. P. A. (2013). Seleção por metacontingências: Um análogo experi-mental de reforçamento negativo. *Interação Psicologia, 17*(1), 1-10. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v17i1.26779>
- SaferNet Brasil (2009). Você navega com segurança? *Banner*. Disponível em <<http://divulgue.safer-net.org.br/banners/infografico.png>> Acesso em: 30 jul. 2012.
- Sampaio, A. A. S., & Andery, M. A. P. A. (2010). Comportamento social, produção agregada e prática cultural: Uma análise comportamental dos fenômenos sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26*(1), 183-192. ISSN: 1806-3446
- Senechal-Machado, V. L., & Todorov, J. C. (2008). A travessia na faixa de pedestre em Brasília (DF/ Brasil): Exemplo de uma intervenção cultural. *Revista Brasileira de Análise do Comportamen-to / Brazilian Journal of Behavior Analysis, 4*(2), 191-204. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v4i2.850>
- Simpson, B. (2013). Challenging childhood, challenging children: Children's rights and sexting. *Se-xualities, 16*(5/6), 690-709. DOI 10.1177/1363460713487467
- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessities? *Psychological Review, 57*(4), 193-216. <http://dx.doi.org/10.1037/h0054367>
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Free Press.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science, 213*, 501-504.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO] (2009). *International technical guidance on sexuality education: An evidence-informed approach for schools, tea-chers and health educator*. Paris: UNESCO.
- Vichi, C., Andery, M. A. P. A., & Glenn, S. (2009). A metacontingency experiment: The effects of contingent consequences on patterns of interlocking contingencies of reinforcement. *Behavior and Social Issues, 18*, 41-57.

- Wang, M. L., Pereira, M. E. M., & Andery, M. A. (2016). Mídia, comportamento e cultura. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 147-164. ISSN 2177-3548
- Wendt, G. W., & Lisboa, C. (2014). Adolescência no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação. In L. F. Habigzang, E. Diniz & S. H. Koller (Orgs.), *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica* (pp. 180-190). Porto Alegre: Artmed. ISBN 978-85-8271-047-0
- Wolak, J., & Finkelhor, D. (2011). Sexting: A typology. In *Bulletin of Crimes Against Children Research Center*. Durham: University of New Hampshire, 1-11.

Received: August 30, 2017

Accepted: November 06, 2017